
O Debate Contemporâneo sobre o Pacto Incondicional

Prof. David J. Engelsma

Prefácio

Uma das mais graves ameaças para as igrejas reformadas desde o Sínodo de Dort é a atual negação da justificação pela fé somente dentro das igrejas reformadas que são tidas como conservadoras.

Esse erro é bem antigo. Praticamente todas as confissões reformadas mencionam, expõem, refutam e condenam esse erro.

A novidade nessa forma contemporânea dessa heresia antiga é que ela se baseia na doutrina bíblica do pacto. Contudo, essa visão peculiar do pacto, que nada mais é do que uma negação contemporânea da justificação pela fé somente, é característica de um pacto condicional.

Isso realmente torna o novo erro muito sério.

Todas as igrejas reformadas e presbiterianas reconhecem a importância, aliás, a centralidade, do pacto da graça na Escritura.

Entretanto, muitas igrejas reformadas e presbiterianas abraçam a doutrina de um pacto condicional. Como a doutrina de um pacto condicional implica, na verdade, em uma salvação condicional, dependente do pecador – essas igrejas acabam sendo muito pressionadas para resistirem ao erro contemporâneo da justificação pela fé e obras, como se resistir a isso fosse mesmo possível para elas.

Este livreto examina a heresia contemporânea da justificação pela fé e obras no tocante ao seu argumento de que ela se alicerça na verdade do pacto. Esse livreto rejeita a heresia e conclama todos os cristãos reformados a rejeitarem, tomando como base o pacto incondicional da graça.

Originalmente, o conteúdo deste trabalho foi direcionado para a cerimônia de formatura do *Protestant Reformed Theological Seminary*. Posteriormente, o discurso foi expandido e publicado em séries editoriais no *Standard Bearer*.

A pedido do Comitê Evangélico da *Trinity Protestant Reformed Church* de Hudsonville, Michigan, eu revisei e expandi a série de artigos para publicação em forma de livreto.

O mês em que o livreto estará pronto para publicação será aquele do aniversário da Reforma da Igreja no século XVI. De seu próprio modo, o livreto trata de um falso ensino dos nossos dias, ao mesmo tempo em que defende de forma atual o mesmo evangelho da graça soberana recuperado naqueles dias.

Prof. David J. Engelsma
Protestant Reformed Theological Seminary
Outubro 2003.

O Pacto Incondicional

Capítulo 1

Por muitos anos e de muitos do meio do cristianismo reformado conservador, as *Protestant Reformed Churches* têm escutado que se o pacto de Deus com a igreja é ou não condicional não é de importância fundamental. O tema não é fundamental para a própria verdade do pacto. O tema não é fundamental para a fé confessional reformada. Ele certamente não é fundamental para o evangelho da salvação pela graça somente.

As igrejas reformadas e presbiterianas criticam as *Protestant Reformed Churches* por declararem a incondicionalidade do pacto como um tema de estatura confessional. As *Protestant Reformed Churches* fizeram isso em 1951 ao adotarem um documento conhecido como "Declaração de Princípios."

Por fazerem essa declaração, as *Protestant Reformed Churches* são culpadas de "comprometimento extra-confessional."

Existe algo estranho na postura das igrejas reformadas sobre a condicionalidade ou incondicionalidade do pacto. Ao mesmo tempo em que muitas igrejas reformadas insistem que o tema da condicionalidade ou incondicionalidade do pacto não seja de importância fundamental, eles também defendem com muito vigor a doutrina de um

pacto condicional. Eles dizem que a doutrina do pacto incondicional possui muitas fraquezas, chegando perto do limite da heresia.

Não obstante, a posição das igrejas reformadas tem sido a de que há espaço para ambas as visões. Não haveria nada de sério nesta diferenciação.

No momento, esta posição é utilizada para pressionar as *Protestant Reformed Churches* em prol do ecumenismo. Em algumas das mais conceituadas e conservadoras igrejas reformadas e presbiterianas, existe um grande impulso para que se unam. As *Protestant Reformed Churches* se reuniram para considerarem isso, e quando fica evidente que as *Protestant Reformed Churches* estão compromissadas com a verdade do pacto incondicional da graça, conforme requerido pelos credos, as outras igrejas lamentam que as incondicional estejam levantando obstáculos ilegítimos para a união da igreja.

As igrejas admitem sua tristeza, mas não pelo pacto incondicional ser errado, e sim por considerarem que a questão dele ser incondicional ou condicional não seja algo fundamental.

O Crescimento Alarmante da Doutrina do Pacto Condicional

Atualmente, existe um crescimento da doutrina do pacto condicional fortalecendo a mentira de que o tema do pacto ser condicional ou incondicional não seria algo fundamental. Os teólogos reformados estão analisando as implicações da doutrina do pacto condicional. Este crescimento da doutrina do pacto condicional está bem difundida em igrejas reformadas e presbiterianas.

O desenvolvimento da doutrina do pacto condicional no nosso dia se dá de tal forma que ele joga por terra todo o sistema teológico da salvação pela graça soberana conforme confessada pela fé reformada nos Cânones de Dort e nos Símbolos de Westminster. A doutrina de um pacto condicional é explicada pelos seus defensores como uma negação do coração do Evangelho da graça, notadamente, a justificação somente pela fé com base apenas na obediência durante a vida inteira e no sacrifício expiatório de Jesus Cristo.

Estes são tempos perigosos para os cristãos reformados.

Esses são tempos que demandam muito, mas também excitantes para aqueles que amam a fé reformada. Hoje em dia, o velho arminianismo está se desenvolvendo em uma negação de que Deus conheça de forma prévia o que as pessoas decidirão. Deus não pode mais saber de forma prévia o que os humanos decidirão porque este pré-conhecimento afronta a liberdade dos homens. Um deus ignorante deve reagir às decisões humanas da melhor forma que puder, salvando o que puder a partir da história humana. Deus não pode saber o futuro, muito menos decidi-lo. Os homens decidem o futuro. Este é o movimento do "Teísmo Aberto". Esse movimento do "Teísmo

Aberto” basicamente se direciona para a sua conclusão lógica, a de que Deus é dependente da vontade do pecador em matéria de salvação.

Este crescimento do antigo arminianismo expõe a teologia arminiana pelo que ela é: a proclamação de que haja um deus dependente do homem, um outro deus além do Deus da Bíblia e da religião cristã. À luz desse crescimento, as *Protestant Reformed Churches* e outras verdadeiras igrejas reformadas precisam renovar a sua resolução fiel em proclamar o Deus soberano da fé reformada. O nosso Deus conhece o futuro porque Ele o ordena. No tema crucial da salvação, as vontades dos pecadores estão dependentes da vontade predestinada de Deus.

Os tempos são desafiadores particularmente para as *Protestant Reformed Churches* por conta do crescimento contínuo da doutrina do pacto condicional. Esse desenvolvimento expõe o grande erro inerente a esta doutrina do pacto. A resposta das *Protestant Reformed Churches* deve ser a de uma confissão ainda mais zelosa, defendida, explanada e aprofundada da verdade do pacto incondicional da graça.

Incondicionalidade

O crescimento significativo e contemporâneo da doutrina do pacto condicional ao qual eu me refiro diz respeito ao tema sobre se o pacto de Deus com o seu povo em Jesus Cristo é incondicional ou condicional. O novo ensino que perturba as igrejas reformadas e ameaça as igrejas de serem varridas é o crescimento natural, e certamente inevitável, da doutrina de que o pacto seja condicional.

É necessário, portanto, que tenhamos de forma clara em nossas mentes a temática do pacto ser condicional ou incondicional. Ao se considerar a controvérsia, devemos nos recordar que o pacto de Deus com o seu povo é central na revelação de Deus nas Escrituras, e também para a redenção, a qual está no centro da revelação bíblica. Ninguém no debate questiona a importância do pacto.

Tomar o pacto como incondicional significa: que o estabelecimento, a manutenção e o aperfeiçoamento daquele relacionamento abençoado de amor e comunhão entre Deus e o homem não depende do homem pecador; que as bênçãos trazidas pelo pacto ao homem não dependem deste; e que a salvação eterna e final deleitada por uma pessoa com a qual Deus estabeleceu o seu pacto não depende dela.

Não há trabalho algum do pecador que seja uma condição para que ele possa fazer parte do pacto ou para desfrutar de suas bênçãos.

A incondicionalidade exclui o mérito, a recompensa. Ela também exclui todos os esforços do pecador, ainda que não dignos de mérito, sobre os quais o pacto e as suas bênçãos supostamente dependeriam, ou que pudessem cooperar junto com Deus para o estabelecimento e manutenção do pacto, bem como para a concessão dos benefícios do pacto. A incondicionalidade certamente exclui o mérito. Nós não conquistamos, e

assim, não merecemos o pacto. Mas a incondicionalidade também exclui todas as obras que distinguem um homem de outro, ou que pudessem ser a razão pela qual o pacto é concedido para um e não para outro, ou para a obtenção do pacto, o qual Deus simplesmente torna disponível para alguém. A razão pela qual todas essas obras são excluídas, junto com trabalhos meritórios, é que esses trabalhos, por mais meritórios que sejam, tornariam o pecador o seu próprio salvador e roubando a Deus da glória da salvação.

Qual a diferença entre um homem rico pagando a alguém uma grande quantia de dinheiro por um trabalho que este fez e um homem rico dando dinheiro para uma pessoa porque esta pessoa de algum modo agradou e beneficiou o homem rico? Em ambos os casos, o motivo do “presente” financeiro está naquele para quem o dinheiro é “dado.”

De modo semelhante, qual a diferença entre Deus fazer um pacto comigo porque eu mereci isso e Deus fazer um pacto comigo por Ele ter visto algo em mim que agradou a Ele ou por eu ter feito algo que me distinguiu dos demais?

Nós nem merecemos o pacto, nem o desfrutamos, nem desfrutamos da suas bênçãos por algo que somos ou fazemos, mesmo porque o que somos ou fazemos não pode merecer o pacto ou as suas bênçãos.

De acordo com Hebreus 9:15 em diante, a criação de uma nova aliança conosco é semelhante a um homem desejando doar a sua propriedade para outra pessoa como se fosse uma herança: a recepção depende apenas do testador, apenas do Deus que cria o pacto, e o Divino Testador definiu o pacto, suas bênçãos e a salvação para a pessoa de acordo com a Sua boa vontade, não por conta de qualquer coisa na pessoa sobre quem o testamento é feito.

A Fé como um Dom

O ensino de que o pacto é incondicional não deixa de lado e nem minimiza a fé. A doutrina do pacto incondicional reconhece muito bem que a fé é necessária para o pacto e o seu aproveitamento. Porém, a doutrina do pacto incondicional percebe a fé como o meio pelo qual Deus estabelece o seu pacto com o pecador eleito, e pela qual o pecador eleito aproveita o pacto e as suas bênçãos, não sendo assim uma condição. Além disso, a doutrina do pacto incondicional confessa que a fé é um dom de Deus ao pecador, exatamente como pacto em si. Pela sua morte na cruz, Cristo não só confirmou uma nova aliança com o seu povo eleito, mas também comprou a fé para eles. O seu Espírito Santo, então, confere a fé a todos os eleitos.

"Era a vontade de Deus que Cristo, por meio do sangue na cruz, pelo qual Ele confirmou a nova aliança, pudesse eficazmente redimir dentre todos os povos, tribos, nações e línguas, todos aqueles, e somente estes, que foram eternamente escolhidos para a salvação, e dados a Ele pelo Pai; a fim de que

Ele lhes conferisse a fé, a qual, juntamente com todos os outros dons do Espírito Santo, Ele comprou para eles pela Sua morte" (Cânones de Dort, II/8; ênfase acrescentada).

Boas Obras como Frutos do Pacto

De modo semelhante, a doutrina do pacto incondicional ensina que as boas obras são necessárias no pacto, porém eles são frutos do pacto na vida do amigo e servo de Deus, e não condições para o estabelecimento e manutenção do pacto. O poder no filho de Deus para produzir boas obras não provém de nenhuma bondade natural dele mesmo, mas sim do Espírito santificador de Jesus Cristo. O motivo para o filho de Deus realizar boas obras não é o merecimento ou obtenção da salvação que ele não tem, nem mesmo o de manter uma salvação que ele possa perder. Na verdade, o seu motivo é o de gratidão a Deus por uma salvação já graciosamente concedida.

Então, fazemos boas obras, mas não para merecermos algo. Pois, que mérito poderíamos ter? Antes, somos devedores a Deus pelas boas obras que fazemos e não Ele a nós. Pois, "Deus é quem efetua em nós tanto o querer como o realizar, segundo sua boa vontade" (cf. Fp 2:13). Então, levemos a sério o que está escrito: "Assim também vós, depois de haverdes feito tudo quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer" (cf. Lc 17:10) [...] E, em seguida, mesmo que façamos boas obras, nelas não fundamentamos nossa salvação. Pois, por sermos pecadores, não podemos fazer obra alguma que não esteja contaminada e não mereça ser castigada. E, ainda que pudéssemos produzir uma só boa obra, a lembrança de um só pecado bastaria para torná-la rejeitável perante Deus. Assim, sempre duvidaríamos, levados de um lado para o outro, sem certeza alguma, e nossa pobre consciência estaria sempre aflita, a não ser que se apoiasse no mérito do sofrimento e da morte de nosso Salvador. (Confissão Belga, Art. 24, "A Santificação").

Um Pacto Gracioso

"Incondicional" é negativo. A verdade positiva do pacto confessada pelo uso da palavra "incondicional" é que o pacto é de graça. Um pacto incondicional é um pacto de graça. Assim é como as confissões reformadas descrevem o pacto. Os Cânones de Dort, II, Rejeição de Erros-2 chama o pacto de "nova aliança da graça." O procedimento reformado para a administração da Ceia do Senhor comunica firmemente a nossa crença de que "pertencemos a esse pacto de graça." Continuando: "Cristo confirmou com a Sua morte e o derramamento de Seu sangue um novo e eterno testamento, isto é, do pacto da graça e da reconciliação."

Esse pacto é um pacto de graça, ou um pacto gracioso, porque Deus distribui as bênçãos do pacto aos Seus amigos do pacto por meio de sua livre benevolência, e somente por benevolência. Ademais, Deus estabelece e mantém o pacto com o

homem pelo seu poder salvífico – o Espírito Santo – e somente pelo seu poder salvífico. O pacto não é, e nem poderia ser um pacto de graça se, ainda que livremente concedesse as bênçãos da salvação, o estabelecimento ou a manutenção do pacto fosse por conta do mérito do homem, ou fosse parcialmente um feito humano.

A doutrina do pacto da graça incondicional defende a salvação incondicional e pela graça, salvação esta cuja fonte é a eleição incondicional e pela graça também. Ninguém pode negar, ou realmente nega, que o pacto objetiva a salvação – a salvação espiritual e duradoura – de homens e mulheres, e que as suas bênçãos sejam o perdão de pecados, a santidade e a vida eterna. Como a salvação é pela graça, o pacto também o é.

Especificamente acerca da salvação, Efésios 2:8-9 ensina que: "Pois pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie."

Com referência específica a promessa do pacto e, e assim ao pacto em si, Romanos 4:13-16 ensina que a promessa não é pela lei, ou seja, pelas obras humanas, e sim "da fé, para que seja segundo a graça."

Em oposição a essa doutrina do pacto incondicional está o ensino de que o pacto de Deus é condicional. Esse ensino agora prevalece nas igrejas reformadas. É este o ensino que os teólogos reformados estão desenvolvendo para repudiar a justificação pela fé somente e, portanto, o Evangelho da graça.

O Erro de um Pacto Condicional

Capítulo 2

Uma das maiores ameaças à igreja verdadeira de Cristo no mundo desde os tempos da Reforma é o desenvolvimento contemporâneo da doutrina do pacto que nega a justificação pela fé somente. Os teólogos estão analisando as implicações da doutrina do pacto condicional. Eles estão demonstrando que o pacto condicional implica em justificação condicional. As condições são a fé como uma obra do homem e, portanto, também as boas obras que a fé realiza. Dessa forma, destroi-se todo o sistema doutrinário de salvação pela soberana e graça particular de Deus contida nas confissões reformadas e presbiterianas.

Este desenvolvimento da doutrina do pacto condicional possui muitos defensores em diversas denominações reformadas e presbiterianas tidas como conservadoras na América do Norte. Esses defensores são homens proeminentes:

ministros, presbíteros e professores de teologia. Eles possuem voz. Sem disciplina alguma sobre eles, o movimento cresce.

Como o movimento é o desenvolvimento natural e necessário da doutrina do pacto condicional, torna-se necessário que os cristãos reformados preocupados com a situação saibam algo sobre a longa controvérsia nas igrejas reformadas entre a doutrina do pacto incondicional e a de um pacto condicional. O capítulo anterior resumiu a doutrina do pacto incondicional.

O Pacto Condicional

Em oposição ao ensino do pacto incondicional está a doutrina de um pacto condicional. Essa é a doutrina que tem prevalecido na maioria das igrejas reformadas e presbiterianas de hoje. As igrejas e os teólogos reformados promovem agressivamente essa doutrina. Os últimos anos mais recentes viram uma variedade de livros, artigos e conferências defendendo o pacto condicional.

O pacto ser condicional significa que o estabelecimento efetivo e duradouro do pacto com um homem, o gozo do homem advindo da intenção salvífica, o poder, as bênçãos do pacto e o homem receber finalmente a salvação eterna pelo e no pacto *dependem de algo que ele mesmo tem de fazer*. O pacto depende de uma condição. Tradicionalmente, aqueles que defenderam essa doutrina pactual identificaram a condição como sendo a fé. Os defensores contemporâneos concordam com isso, mas adicionam outra condição, que é, as boas obras que a fé realiza.

De acordo com o pacto condicional, Deus inicialmente estabelece de sua parte o seu pacto com bem mais pessoas do que aqueles que no fim serão salvos. Ele estabelece o pacto por uma promessa segundo a graça, para todos, porém, ela é condicional. Quer o pacto realmente garanta a salvação de qualquer pessoa, ou quer alguém receba as bênçãos do pacto, ou quer o pacto permaneça com qualquer pessoa, ou quer o pacto tenha o seu fim destinado na salvação eterna de qualquer pessoa depende diretamente do preenchimento das condições de se acreditar na promessa e também de se realizarem as boas obras da fé.

A referência nos círculos reformados é especialmente para as crianças batizadas. O ensino do pacto condicional mantém que Deus faz o seu pacto com todos os filhos dos pais crentes, graciosamente prometendo o seu pacto e a sua salvação para todos. Contudo, a promessa, o pacto e a salvação pactual são condicionais. A criança precisa realizar as obras de crer e de obedecer. Com base nisso, a promessa se torna efetiva e o pacto é estabelecido de modo salvífico.

A “Declaração de Princípios”

As *Protestant Reformed Churches* formularam e adotaram a doutrina de que o pacto de Deus com o Seu povo em Jesus Cristo é incondicional. Em 1951, eles adotaram a posição doutrinária conhecida como “Declaração de Princípios.” Surpreendentemente, a “Declaração” não contém de forma explícita o enunciado de que o pacto seja incondicional, ainda que essa tenha sido a questão que levou à criação do documento, bem como a sua intenção, a força do conteúdo do documento. A “Declaração” declara que o pacto é incondicional ao afirmar que a promessa do pacto é incondicionalmente para os filhos eleitos dos crentes tão somente.

Este artigo [Cânones de Dort, II/8] claramente ensina que: 1. Que todas as bênçãos pactuais são destinadas somente aos eleitos. 2. Que a promessa de Deus é incondicionalmente direcionada somente para eles: pois Deus não pode prometer o que não foi objetivamente merecido por Cristo. 3. Que a promessa de Deus concede o direito objetivo da salvação não só sobre os filhos nascidos sob a dispensação histórica do pacto, ou seja, não sobre todos os que são batizados, mas somente sobre a semente espiritual.

A “Declaração de Princípios” prossegue em um golpe fatal contra o ensino que é fundamental para a doutrina de um pacto condicional, ou seja, contra o ensino de que a fé seja uma condição: “A fé não é um pré-requisito ou uma condição para a salvação, e sim um dom de Deus e um instrumento de Deus pelo qual nos apropriamos da salvação em Cristo.”

A posição de que o pacto de graça é incondicional tem sido a postura das *Protestant Reformed Churches* desde o início de sua história, embora elas não a tenham tornado um dogma oficial até 1951. Já no ano de 1927, Herman Hoeksema escreveu uma série de artigos no *Standard Bearer* (depois publicados como *Believers and Their Seed*, RFPA, repr. 1997) explicando e defendendo a doutrina do pacto incondicional. A verdade do pacto incondicional, Hoeksema insistiu, é fundamental para o Evangelho da graça. A aderência e o desenvolvimento da doutrina são fundamentais para a existência das *Protestant Reformed Churches*. Foi o ensino de um pacto condicional que tornou possível a adoção pela *Christian Reformed Church* da doutrina da graça resistível, universal e salvífica na pregação do Evangelho – a “boa intencionada oferta do Evangelho” – no primeiro ponto da graça comum em 1924.

Por conta da “Declaração de Princípios” continuar a trazer forte criticismo das igrejas e teólogos reformados e por 2003 ser o 50º aniversário do cisma nas igrejas protestantes reformadas sobre a doutrina do pacto incondicional, eu quero, de passagem, dizer umas palavras elaboradas em defesa da “Declaração.”

Primeiramente, uma denominação eclesiástica possui todo o direito, na verdade um dever solene, de decidir controvérsias doutrinárias por meio de uma decisão sinodal de força obrigatória. A única estipulação é a de que as igrejas decidam a controvérsia com base nos credos reformados. Dizer que a “Declaração” é um apelo sinodal às confissões é cristalino só de se olhar para ela. O documento é dificilmente mais do que uma exposição das “Três Formas de Unidade” e a Fórmula de Batismo Reformado no que diz respeito à condicionalidade ou incondicionalidade do pacto.

A recusa das igrejas reformadas e presbiterianas de hoje em decidirem a controvérsia doutrinária sobre a criação, escatologia, casamento e agora a justificação, não é uma virtude. Essa recusa não preserva a verdade da Palavra de Deus nessas igrejas, nem serve à unidade das igrejas.

Em segundo lugar, contraria à acusação de que a “Declaração de Princípios” adicione um novo documento confessional às “Três Formas de Unidade” – uma quarta confissão – tem-se que a “Declaração” somente deriva a verdade do pacto incondicional a partir das confissões reformadas. A “Declaração de Princípios” aplica a teologia dos Cânones de Dort para a doutrina do pacto.

No mais, a “Declaração” realmente torna explícito o que é implícito nas “Três Formas de Unidade”, se aplica para as verdades pactuais como as “Três Formas de Unidade” se aplicam para o Evangelho da salvação, além de formular e sistematizar o que é dito sobre o pacto e que está espalhado de forma não sistemática no corpo das “Três Formas de Unidade”, desenvolvendo assim a doutrina bíblica e reformada do pacto.

Existe um lugar legítimo na vida das igrejas reformadas para o desenvolvimento do dogma. O desenvolvimento do dogma é saudável. As *Protestant Reformed Churches* não hesitam em dizer que o Espírito da verdade tem significativamente desenvolvido a importante doutrina do pacto no trabalho teológico das *Protestant Reformed Churches* e na vida dos membros dessas igrejas.

Em quarto lugar, aos críticos que sempre reclamam que a “Declaração” é uma “imposição extra confessional”, eu coloco a questão: “O que dizer sobre o conteúdo da ‘Declaração’? Estaria a ‘Declaração’ correta em seu argumento, ainda que seja uma ‘imposição extra confessional’? É correta essa reclamação quando ela luta e afirma em demonstrar que o Catecismo de Heidelberg, a Confissão Belga, os Cânones de Dort, e a Fórmula de Batismo Reformado ensinam o pacto incondicional?” Se a “Declaração” estiver errada sobre isso, mostrem-me o erro. Isso não deve ser difícil, e então demonstre que os credos ensinam um pacto condicional (a “Declaração de Princípios” está incluída na “Ordem de Igreja das *Protestant Reformed Churches*”).

Negação da Graça

Pela “Declaração” adotada, as *Protestant Reformed Churches* oficialmente condenam o ensino de um pacto condicional. Elas condenam isso como sendo nada menos que uma negação do Evangelho da graça. As *Protestant Reformed Churches* dizem que a doutrina de um pacto condicional é uma introdução à heresia arminiana dentro da teologia do pacto: uma salvação condicional; uma salvação dependente do pecador.

As *Protestant Reformed Churches* fazem essa acusação contra a doutrina de um pacto condicional, ainda que os seus proponentes procurem fugir da força da acusação ao responderem que Deus precise habilitar os filhos e os demais para que cumpram as condições. Embora seja Deus que dê aos homens a habilidade de cumprirem as condições, permanece o fato de que, de acordo com os defensores do pacto condicional, segue que o pacto com suas bênçãos e a salvação dependem de um ato do homem.

Conquanto Deus dê o poder para acreditar e fazer boas obras, o ensino ainda é o de que uma pessoa conquista ou guarda o pacto, ou o torna efetivo, porque ele acredita e porque ele realiza boas obras. A fé e a obediência do homem agora são a causa do pacto, não o instrumento e o fruto.

O que torna ainda mais convincente a acusação das *Protestant Reformed Churches* é que o pacto condicional ensina que Deus dá a promessa de graça para todos indistintamente. A explicação do porquê de alguns aproveitarem as bênçãos do pacto e são salvos não é a promessa, pois a promessa é feita para todos indistintamente. A explicação é que alguns cumprem as condições, sem as quais a promessa falha, enquanto que outros não cumprem as condições. A explicação para a concretização do pacto com um homem e o seu gozo do pacto para a vida eterna não é o Deus que promete, mas do homem que trabalha.

A doutrina do pacto condicional é o ensino de uma graça universal, condicional, passível de perda – uma graça salvífica universal, condicional, resistível e passível de perda.

A acusação das *Protestant Reformed Churches* contra o pacto condicional é de que isto é, em princípio, uma negação das doutrinas da graça. O pacto condicional milita contra todo o sistema doutrinário contido nas “Três Formas de Unidade” e nos Símbolos de Westminster.

E este é o desenvolvimento doutrinário que ocorre atualmente. Este é o “debate contemporâneo” sobre se o pacto é condicional ou incondicional. Teólogos proeminentes de muitas igrejas reformadas e presbiterianas, reputadas como conservadoras na América do Norte, estão atacando as verdades centrais da salvação somente pela graça – todas elas – com base na doutrina do pacto condicional.

Negação da Justificação somente pela Fé

Capítulo 3

Ministros influentes e proeminentes, além de presbíteros em igrejas reformadas e presbiterianas tidas como conservadoras na América do Norte estão atacando abertamente as verdades centrais da salvação pela graça somente – com base na doutrina de um pacto condicional.

Um tema central no debate contemporâneo é a justificação bíblica, e é assim que deve ser. A justificação, ou o perdão do pecador culpado, é o coração do Evangelho da graça. É de se esperar que os inimigos da graça assaltem o coração. A doutrina da justificação pela fé somente é, como Lutero ensinou às igrejas da Reforma, o artigo sob o qual a igreja se levanta ou cai. Segue que as igrejas da Reforma que agora caem acabam assim por negarem a verdade central da misericórdia de Cristo que defendiam.

Justificação por Obras de Fé

O movimento diferenciado e poderoso que hoje acomete as verdadeiras igrejas de Cristo e os santos de Deus na América do Norte ensina que a justificação é pela fé e pelas boas obras que a fé realiza. O movimento apela para Tiago 2:21 e 25, os quais ensinam que Abraão e Raabe foram justificados pelas obras e não só pela fé. O movimento harmoniza essas passagens com a negação de Paulo em Romanos 3 e 4 de que seríamos justificados pelas obras da lei, ao se explicar que Paulo e Tiago tinham dois tipos diferentes de obras em vista.

Quando Paulo nega que sejamos justificados por boas obras, ele se refere exclusivamente às obras feitas sem ser pela fé, além de dirigidas ao mérito.

Por outro lado, quando Tiago afirma a justificação por boas obras, ele se refere às boas obras que fluem da fé. A verdade, dessa forma e de acordo com esse movimento, é de que nós somos de fato justificados perante Deus com base em nossas próprias boas obras – nossas boas obras que são os frutos da fé.

A justiça do pecador culpado, a justiça da sua justificação, a justiça perante Deus em julgamento é e precisa ser, em parte, suas próprias boas obras!

Mesmo levando-se em consideração que o movimento ainda pratique a precaução em seu ensino da justificação por fé e obras (apropriado a um movimento o qual intenciona negar a justificação pela fé somente nas igrejas, ao se tomar os Domingos Senhor 23 e 24 do Catecismo de Heidelberg e os Artigos 21-24 da Confissão Belga como os mais vagos e ambíguos possíveis, além de escorregadios, ou seja, enganosos, mesmo em nossos tempos doutrinários ignorantes e apáticos), ainda assim o movimento é exposto de forma clara, pela sua harmonização de Paulo e Tiago. O movimento imediatamente levanta suspeitas pelo seu rápido e enfático apelo a Tiago no tema da justificação. Todo professor de adolescentes em uma Igreja Reformada que ensine a sua juventude a essência da doutrina reformada sabe que na grande controvérsia da Reforma sobre a justificação, Roma se baseou em Tiago 2.

Apesar disso, Tiago 2 é Escritura inspirada, não é apócrifo, e também não é uma “epístola de menor peso teológico.” O apelo à Tiago 2, dessa maneira, não expõe um professor ou um movimento como herético.

Harmonizando Paulo e Tiago

O que expõe o movimento sob discussão como herético no tema da justificação é a sua harmonização de Tiago e Paulo por se afirmar dois tipos diferentes de obras.

A harmonização ortodoxa de Romanos 3:28 e Tiago 2:20-26 afirma dois tipos de justificação. Como é evidente na própria passagem de Romanos, a justificação em Paulo é o reconhecimento legal da obediência de Jesus Cristo em favor do pecador culpado, isto é, o homem ou a mulher que neste julgamento aparece como alguém infiel. A justificação em Romanos é a do perdão de pecados. Essa justificação é por meio da fé somente (e não por conta da fé ou com base na fé!). As obras do próprio pecador, quer sejam antes ou depois da salvação, quer sejam em prol do mérito ou por gratidão, não possuem nenhuma relação com a justificação dele, exceto que todas elas precisam ser perdoadas.

Em contraste, a justificação em Tiago 2 é a exibição da fé do pecador justificado e da realidade da sua justificação somente por esta fé verdadeira, tanto para ele, como para os outros, pelas boas obras que a fé verdadeira sempre realiza em obediência ao comando de Deus. A passagem de Tiago em si, torna claro que se está falando da justificação em um sentido diferente daquele em Romanos. A passagem em Tiago começa assim: "Mas dirá alguém: Tu tens a fé, e eu tenho as obras; mostra-me a tua fé sem as tuas obras, e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras." (versículo 18).

Ao insistir que Romanos e Tiago falam da justificação em um mesmo sentido, mas que possuem dois tipos de obras em vista, os defensores do movimento que atualmente perturba as igrejas reformadas se expõem. Para eles, a justificação – justificação no sentido de tornar uma pessoa justificada perante Deus, justificação no sentido de perdão de pecados – é parcialmente por conta das boas obras do próprio pecador. A justificação do pecador perante Deus é em parte pelas suas próprias boas obras. A estipulação é de que essas boas obras procedam da fé, e não aquelas realizadas separadas da fé e em prol do mérito.

Escrevendo na primavera de 2002 um artigo para o “Reformation & Revival Journal”, Norman Shepherd, um proponente chave do movimento em igrejas reformadas e presbiterianas para a derrubada do sistema de salvação pela graça somente contido nas Três Formas de Unidade e nos Símbolos de Westminster, assim nos diz:

“Como evangélicos, nós tendemos a evitar este ataque [de Roma contra a confissão da Reforma de justificação somente pela fé] ao dizer que esses

versículos [em Tiago 2] não estão falando da justificação pela fé em um sentido forense e soteriológico que Paulo fala em Romanos e Gálatas. A Confissão de Westminster, entretanto, não se utiliza dessa evasiva. Ao contrário, ela reconhece que *Tiago está falando de fé e de justificação no mesmo sentido que Paulo usa esses termos quando ele nega que a justificação seja por obras*” (p. 80, ênfase acrescentada).

Essa harmonização de Romanos e Tiago liga Shepherd e seus seguidores à doutrina da justificação pela fé e obras. Shepherd expõe essa doutrina como sendo sua em seu recente livro, *“The Call of Grace: How the Covenant Illuminates Salvation and Evangelism”* (O Chamado da Graça: Como o Pacto Ilumina a Salvação e o Evangelismo) (P&R, 2000). No tocante à obediência requerida por Deus sobre Israel no Pacto de Moisés, obediência que consistia em realizar os mandamentos de Deus, obediência que Shepherd descreve como a “obrigação” de Israel, Shepherd escreve: “A obediência é simplesmente fidelidade a Deus; *é a justiça da fé* (compare com Romanos 9:32)” (p. 39, ênfase acrescentada).” Adiante, Shepherd repete essa grotesca falsa doutrina: “A justiça da fé é a obediência da fé (Romanos 1:5; 16:26), e é, desse modo, simultaneamente um privilégio do pacto e uma responsabilidade” (p. 76).

Obediência de Cristo Somente

A verdade sobre a justificação é que ela é a obediência de Jesus Cristo em nosso lugar e por nós, e a obediência de Jesus Cristo somente. A verdade sobre a justificação pela fé é que ela não consiste de nenhuma obra do próprio pecador, sejam suas obras à parte da fé, sejam suas obras pela fé, e nem mesmo tomando-se a sua fé como uma obra. A verdade sobre a justificação pela fé é que no momento em que uma obra é acrescentada a ela, não sendo nunca um feito pequeno ou insignificante, ou mesmo um sinal de pesar sobre o pecado, então segue-se que a justificação não é mais a justificação pela fé, e sim a própria justiça do pecador. E ambos são amaldiçoados.

"Nós Acreditamos de Coração [...] [na] Doutrina [...] contida no [...] Catecismo."

Não há desculpa para Shepherd. Ele é um ministro reformado, preso ao ensino dos Domingos Senhor 23 e 24 do Catecismo de Heidelberg. Ao jurar a “Fórmula da Subscrição,” ele confirmou que “acredita de coração e [está] persuadido de que todos os artigos e pontos da doutrina contida no [...] Catecismo das Igrejas Reformadas [...] concordam inteiramente com a Palavra de Deus.” Não há desculpa para reformados enganadas por Shepherd e seus aliados. Eles conhecem, ou deveriam conhecer, os Domingos 23 e 24 do Catecismo de Heidelberg.

59. Mas que proveito tem sua fé no Evangelho?

R. O proveito é que sou justo perante Deus, em Cristo, e herdeiro da vida eterna.

60. Como você é justo perante Deus?

R. Somente por verdadeira fé em Jesus Cristo. Mesmo que minha consciência me acuse de ter pecado gravemente contra todos os mandamentos de Deus, e de não ter guardado nenhum deles, e de ser ainda inclinado a todo mal, todavia Deus me dá, sem nenhum mérito meu, por pura graça, a perfeita satisfação, a justiça e a santidade de Cristo. Deus me trata como se eu nunca tivesse cometido pecado algum ou jamais tivesse sido pecador; e, como se pessoalmente eu tivesse cumprido toda a obediência que Cristo cumpriu por mim. Este benefício é meu somente se eu o aceitar por fé, de todo o coração.

61. Por que você diz que é justo somente pela fé?

R. Eu o digo não porque sou agradável a Deus graças ao valor da minha fé, mas porque somente a satisfação por Cristo e a justiça e santidade dEle me justificam perante Deus. Somente pela fé posso aceitar e possuir esta justificação.

62. Mas por que nossas boas obras não nos podem justificar perante Deus, pelo menos em parte?

R. Porque a justiça que pode subsistir perante o juízo de Deus deve ser absolutamente perfeita e completamente conforme a lei de Deus. Entretanto, nesta vida, todas as nossas obras, até as melhores, são imperfeitas e manchadas por pecados.

Justificação pela fé somente – o coração do Evangelho, um artigo de uma igreja que se levanta, ou cai, um precioso conforto para pobres pecadores no julgamento diário nesta vida e também para o Juízo Final que virá, um grande testemunho ao valor da vida e da morte do Salvador, uma doutrina que glorifica o Deus Triúno, O qual aplicou a sua própria justiça na obediência de Jesus Cristo, e O qual magnifica a sua maravilhosa misericórdia ao imputar esta justificação aos seus eleitos por amor de Cristo!

Esta verdade está sendo atacada e negada hoje em igrejas reformadas e presbiterianas! E tudo isso com base em um pacto condicional!

Negação das Doutrinas da Graça

Capítulo 4

Aqueles desenvolvendo a doutrina de um pacto condicional em meios reputadamente conservadores em igrejas reformadas e presbiterianas hoje não estão

contentes em somente atacar a verdade da justificação. Isso seria impossível. A justificação pela fé somente é o coração do Evangelho da salvação pela graça soberana de Deus em Jesus Cristo. A destruição do coração é a morte de todo o corpo da verdade. A justificação somente pela fé é o elemento central do sistema reformado de teologia, conforme expressado nas Três Formas de Unidade e nos Símbolos de Westminster. A negação da justificação somente pela fé é necessariamente uma rejeição de todo o sistema da salvação pela graça. Isso se torna evidente no desenvolvimento contemporâneo de um pacto condicional que nega a justificação pela fé somente. Jovem como o movimento é, ele já coloca mãos sujas em cada uma das doutrinas confessionais da graça soberana.

Expição

A doutrina da expiação de Cristo é corrompida. Este é necessariamente o caso. Tal é a relação da justificação e da cruz caso a justificação não seja o ato salvífico de Deus em imputar ao crente a obediência de Cristo, e nem mesmo foi a cruz a imputação de Deus para Cristo sobre a desobediência dos eleitos. Aqueles que estão atacando o ensino confessional da justificação somente pela fé estão negando que a morte de Cristo foi a satisfação pelo substituto em prol da justiça de Deus.

N. T. Wright, ainda que não seja reformado, é extremamente influente entre as igrejas reformadas reputadamente conservadoras que atacam a justificação pela fé somente, e ele declarou a sua oposição à doutrina confessional da morte de Cristo como uma satisfação. Ensinar que Deus puniu a Jesus Cristo no lugar do seu povo culpado é uma “teoria crua.”

“Dessa forma, para Paulo é verdade falar da punição que todos merecem ter sido paga na cruz. Mas Paulo aqui fez uma nuance desta visão em duas formas que a distanciam de teorias mais cruas tornadas comuns em alguns ramos da teologia. Em primeiro lugar, ele toma cuidado em dizer que na cruz Deus puniu (não Jesus, mas) o “pecado.” [...] Em segundo lugar, o seu argumento funciona dentro de uma rede de pensamento de acordo com a qual a morte de Jesus pode ser interpretada dessa forma porque Ele representa Israel e Israel representa a humanidade como um todo” (N. T. Wright, *The Climax of the Covenant: Christ and the Law in Pauline Theology* [O Clímax do Pacto: Cristo e a Lei na Teologia de Paulo], Fortress Press, 1991, p. 213).

Existe uma segunda forma pela qual o movimento dentro das igrejas reformadas o qual ataca a justificação pela fé somente e corrompe a doutrina confessional da expiação. O movimento está ensinando a expiação universal. O leitor terá notado que na citação de N. T. Wright, o teólogo anglicano, além de rejeitar a doutrina da satisfação, ensina que Cristo morreu por toda a “humanidade.” Anteriormente, Wright foi ainda mais claro em sua defesa da morte de Cristo por todos sem exceção.

"Deus deliberadamente revelou a Torá [Lei] para ser um meio de concentrar o pecado humano em um só lugar, ou seja, em Seu povo, Israel – a fim de que se pudesse concentrar ainda mais, juntando tudo no representante de Israel, o Messias – para que fosse lidado de uma vez por todas."

Esta doutrina da morte de Cristo de algum modo lidando com os pecados de todos os homens é, diz Wright, "um dos temas centrais de Paulo" e "o ponto mais significativo sobre Paulo e a lei no presente debate" (The Climax of the Covenant [O Clímax do Pacto], p. 196).

Os teólogos reformados que questionam a doutrina da justificação pela fé somente proclamam também a expiação universal. Tendo criticado a interpretação "calvinista" de João 3:16 que insiste no "amor salvífico de Deus revelado na expiação somente em favor dos eleitos", Shepherd audaciosamente declara, "o evangelista reformado pode e deve pregar a todos com base em João 3:16 que 'Cristo morreu para salvar você'" (The Call of Grace [O Chamado da Graça], pp. 84, 85).

O teólogo presbiteriano John M. Frame confirma esta análise do ensino de Shepherd. Em seu recente livro, The Doctrine of God [A Doutrina de Deus], Frame critica "alguns calvinistas" que hesitam em dizer a todos os descrentes que "Deus te ama, pois eles pensam que Deus ama somente os eleitos." (Estes calvinistas são tão poucos em número que eu estou surpreso de ver que Frame se deu ao trabalho de criticá-los. Sem dúvida que o erro deles é grave, uma ruptura radical dos padrões reformados. Ainda assim, eu percebo que Frame não se refere a sequer um único artigo dos credos sendo violado por esses errantes calvinistas. Certamente que a ofensa deste punhado de calvinistas não seria pelo fato de se distanciarem dos cânones de Frame em vez dos Cânones de Dort?)

Frame anuncia que os réprobos "experimentam o amor de Deus – amor real." "Com base em João 3:16 [e aqui entramos na esfera da doutrina da expiação de Cristo: 'Porque Deus tanto amou o mundo, *que Ele entregou o Seu Filho Unigênito* – DJE], podemos também dizer que 'Deus te ama'" para descrentes réprobos. Especialmente Deus amou a todos sem distinção no Israel do Antigo Testamento. Por conseguinte, Deus ama a todos sem distinção na Igreja visível do Novo Testamento.

"Em Deuteronômio 7, Moisés conta ao povo de Israel que Deus "colocou a sua afeição sobre" eles (versículo 7) e os "amou" (versículo 8; cf. 4:37; 10:15; 33:3; Salmo 44:3; Jeremias 31:3; Oséias 11:1; Malaquias 1:2), ainda que tenha havido, há e haverá descrentes dentro de Israel. O Seu pacto com eles é um "pacto de amor" (versículo 12). Os profetas contam ao povo sobre o amor de Deus para estimular a fidelidade de Israel."

A força da doutrina de Frame sobre o amor pactual de Deus por todos sem exceção em Israel e na Igreja visível pode ser apreciada somente pela leitura de todos os textos que ele ilustra e os aplica para qualquer israelita e para todos os membros da igreja visível. Deus amou, elegeu, manteve o seu juramento, redimiou, abençoou, salvou, mostrou o seu favor, trouxe para si em bondade generosa e chamou do Egito

todos os israelitas sem exceção. Todo este rico pacto salvífico é vertido por Deus em todos os membros da Igreja visível sem exceção. Mas com base na própria admissão de Frame, alguns perecem, e o amor de Deus e a morte de Cristo não permanecem firmes.

Não podemos nos refrear de dizer: O que este ensino faz às doutrinas da graça? O que resta da eleição segura para a glória; de uma redenção eficaz; de uma graça irresistível e eficaz; da perseverança dos santos? O que dizer da afirmação constante de Paulo em Romanos 9:6 precisamente sobre o perecimento de vários israelitas: “Não que a palavra de Deus haja faltado?”

Mas de onde Frame tirou esse pacto universal de amor de Deus com a morte de Cristo por todos aqueles que nascem na esfera do pacto? Ele conta isso em uma nota de rodapé: “Agradecimentos à Norman Shepherd por sugerir este ponto para mim” (John M. Frame, *The Doctrine of God [A Doutrina de Deus]*, P&R, 2002, pp. 418, 419).

A razão para essa expiação universal no caso de Shepherd e de seus seguidores é a sua doutrina de um pacto condicional. Segundo eles, Deus cria o pacto com muitos mais do que aqueles que são finalmente salvos no e pelo pacto. Ainda é possível que se diga para eles que Deus estabeleceu o Seu pacto de modo condicional com todos os homens sem exceção. Nós veremos isso. O movimento está se expondo e se desenvolvendo enquanto escrevemos e lemos. Mas o pacto está fundado e confirmado pela morte de Cristo. Conforme os Cânones de Dort ensinam, “Cristo por meio do sangue na cruz [...] confirmou a nova aliança” (II/8). Se agora, conforme Shepherd e aqueles que compartilham a sua doutrina do pacto proclamam, Deus estabelece o seu pacto da graça com bem mais pessoas do que somente com os eleitos, então segue que Cristo teve de morrer por muitos mais do que somente os eleitos. E isso é o que eles estão ensinando abertamente.

Existe uma instância da conexão necessária entre um pacto condicional e universal e o ensino de uma expiação universal no caso dos filhos batizados de pais crentes. Tanto o Catecismo de Heidelberg, na Pergunta e Resposta 74, como a Fórmula de Batismo Reformada afirmam que o estabelecimento do pacto da graça com alguém, e portanto a sua inclusão no pacto, que é o significado de batismo, está baseado na redenção da cruz. Se no batismo o pacto é estabelecido com todos os filhos dos crentes, condicionalmente por óbvio, Cristo teve de morrer por todos os filhos físicos de igual modo, tanto aqueles que perecem no fim como aqueles que são salvos no final. E é isso o que as pessoas do pacto condicional estão ensinando abertamente.

Eleição

Os inimigos da justificação somente pela fé em Igrejas conhecidas como reformadas assolam a eleição. Eles assolam especialmente a eleição. A íntima relação entre a justificação pela fé somente e a eleição é evidente em Romanos 8:33: “Quem tentará acusação contra os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica.” A

justificação de Deus sobre o pecador pela fé somente, a qual é um dom de Deus ao pecador, é puramente uma salvação graciosa. Ela teve, e somente pode ter a sua fonte e explicação na eleição de Deus. O pecador justificado poderá e precisará saber por ele mesmo, não apenas perdoado e salvo, mas também eleito na eternidade.

Mas se a justificação depender diretamente da própria obra de fé do pecador como uma condição que ele deva cumprir, e também das boas obras que o pecador realizar pela sua fé, então a eleição – bíblica e confessional – será um motivo de vergonha.

O ensino sobre a eleição que prevalece entre os que no momento atacam justificação pela fé somente é que a eleição deve ser enterrada no esquecimento. A eleição é a grande irrelevância. É irrelevante para o pacto. É irrelevante para o evangelismo (ou seja, a pregação do Evangelho). É irrelevante para vida cristã (regeneração). É o propósito principal da obra *The Call of Grace* [O Chamado da Graça] de Norman Shepherd, o de separar o pacto, o evangelismo e a regeneração da eleição. Para todos os sentidos práticos, não há eleição soberana e eterna. A eleição está enterrada na tumba do primeiro capítulo dos Cânones de Dort. Não só a eleição é inútil, ela também é perigosa e prejudicial. Dentre outros problemas que ela tem causado para os reformados nos últimos quatrocentos anos, de acordo com Shepherd, a doutrina da eleição é a causa dos fracassos das missões reformadas em ajuntar multidões na Igreja.

Como se a eleição acompanhada por uma igualmente eterna e soberana reprovação não fosse a explanação do apóstolo em Romanos 9-11 para a salvação apenas do remanescente do Israel do Antigo Testamento!

Como se a mensagem evangelística de Cristo em João 6 não seja “orientada” para a eleição (veja os versículos 37 e 39)!

Como se os Cânones de Dort nos capítulos 3 e 4 não se relacionassem a regeneração à eleição!

Ao mesmo tempo que a doutrina de um decreto soberano por toda a esfera do pacto e o evangelismo controlador é deixada ao esquecimento, os defensores de um pacto condicional estão explicando textos que se sobressaem na eleição para dizerem, por exemplo, que Efésios 1:4 ensina uma escolha de Deus que depende do sacramento do batismo, da fé dos homens e da obediência dos homens, incluindo-se tanto os que são finalmente salvos como aqueles que vão perecer no final. Este é o significado da urgente admoestação deles de que os reformados veem assim a eleição à luz do pacto.

Perseverança

Esta visão dos pontos da eleição aponta para outro assalto às doutrinas da graça soberana pelos defensores de um pacto condicional e que negam a justificação somente pela fé. Eles rejeitam a doutrina da perseverança dos santos. Uma pessoa pode perder a sua justificação. Ela pode perder a sua eleição. Ela pode se perder mesmo que tenha sido incorporada em Cristo. Na Conferência Pública de Pastores em 2002 na *Auburn Avenue Presbyterian Church (PCA)* em Monroe, Louisiana, John Barach, ministro nas *United Reformed Churches*, disse:

“Deus concedeu a eles [aqueles na esfera do pacto que decaíram e pereceram para sempre – réprobos] promessas genuínas que são tão reais, dependentes e confiáveis quanto as promessas que Ele concedeu às pessoas que perseveraram até o final. Ele as concedeu promessas reais de salvação. Ele as uniu em Cristo, no único em quem há Salvação, e eles rejeitaram isso por conta própria porque não receberam a promessa misturada com a fé.”

Depravação Total

Implícito no ensino da justificação por fé e obras está a rejeição das doutrinas Reformadas do pecado e da depravação total. Se as nossas obras são parte da nossa justiça para com Deus, então elas não podem estar sujas pelo pecado, conforme o Catecismo de Heidelberg ensina que estão em sua Pergunta e Resposta 62: “Todas as nossas obras, até as melhores, são imperfeitas e manchadas por pecados.” Nas palavras do Catecismo, “porque a justiça que pode subsistir perante o juízo de Deus deve ser absolutamente perfeita e completamente conforme a lei de Deus.” Nós podemos esperar que os defensores contemporâneos da justificação por fé e obras irão negar que as boas obras dos cristãos estejam “manchadas pelo pecado.” A alternativa é a de se negar a perfeição de Deus.

Contudo, a depravação também deverá ser excluída do cenário. Ao se tornar a justificação dependente da fé e das obras da fé faz com que se requeira que o pecador produza fé por ele mesmo, pelo seu próprio livre arbítrio. O pecador precisa por ele mesmo não só merecer, como na teologia de Roma, mas também tornar a promessa efetiva, manter-se no pacto universal, e obter para si mesmo a Salvação ofertada na teologia de um pacto condicional. O que o pecador precisa fazer por si mesmo é acreditar e ele precisa acreditar com uma fé que realiza obras.

Norman Shepherd demonstra, com perfeita clareza, o erro monstruoso no coração de sua doutrina do pacto: “Estas são as duas partes do pacto: graça e fé, promessa e obrigação” (*The Call of Grace [O Chamado da Graça]*, p. 63). A fé se liga à uma obrigação; a graça se liga à uma promessa. A fé não provém da graça: “graça e fé.” A fé é uma obra humana – “obrigação”, uma condição. E a promessa graciosa de Deus depende diretamente da obra de fé do pecador.

“Denegrindo a Doutrina das Igrejas Reformadas”

A oposição ao Evangelho da salvação pela graça soberana somente em círculos de reputação Reformada foi tão longe que Steven M. Schlissel, por muitos anos querido pelos homens da *United Reformed* e colunista de muitos anos da *Christian Renewal*, além de proeminente representante do movimento contemporâneo que ataca a justificação pela fé somente, se colocou contra a confissão reformada das cinco grandes verdades que constituem a essência do Evangelho da graça, ou seja, a religião cristã: somente a Escritura; somente Cristo; somente a graça; somente a fé; somente a glória de Deus.

O *Christian Renewal* afirmou que Schlissel discursou para uma grande audiência ao se comemorar o Dia da Reforma no *Redeemer College* que, “Cristo é o assunto no Novo Testamento, não uma doutrina abstrata, e nem solas abstratas [Latim para “somente” como em “pela fé somente” - DJE], mas o próprio Cristo” (Nov. 12, 2001, p. 9).

Ainda insistindo no seu ataque contra as doutrinas do Evangelho da graça, Schlissel desacreditou a confissão reformada e desprezou as grandes doutrinas (pelas quais milhares de meus ancestrais holandeses deram o próprio sangue): “Será que o Senhor possui prazer em solas em vez de se obedecer à voz do Senhor? Obedecer é melhor que sacrificar, e ouvir e se subordinar é melhor que sistemas de homens [sic].’ ‘Não confie em palavras de engano e nem diga, “As solas da Reforma, as solas da Reforma, as solas da Reforma.” Ao invés disso, Deus diz, ‘Mude os seus hábitos e lidem uns com os outros de modo justo’ (cf. Jeremias 7)” (*Christian Renewal*, Jan. 28, 2002, pp. 4-6).

Schlissel é culpado pelo que a conclusão dos Cânones de Dort chama de “violento assalto, ou melhor denegridor, da doutrina das igrejas reformadas.”

Todo este assalto às doutrinas da graça soberana mostra-se a si mesmo como um desenvolvimento da doutrina do pacto condicional. Os homens responsáveis preferem chamar o seu movimento de “consciência actual.”

E é isto mesmo: a consciência e o desenvolvimento da doutrina de um pacto condicional.

De volta para Roma

Capítulo 5

O movimento em igrejas reformadas e presbiterianas conservadoras que ensinam justificação pela fé e pelas obras da fé promove um retorno à Igreja Católica Romana. A verdade do Evangelho da justificação pela fé somente no centro do corpo de doutrinas que ensina a salvação pela graça de Deus somente é uma diferença fundamental entre a Verdadeira Igreja de Cristo e a Igreja Católica Romana. A desistência de teólogos e de igrejas protestantes em desistirem da justificação pela fé somente é um passo para que fazer um eventual retorno para Roma certo e necessário.

Wright e Roma

Já neste estágio inicial do desenvolvimento do movimento há sinais claros de que o fim do movimento é o catolicismo romano. N. T. Wright, cuja influência no movimento nas igrejas reformadas conservadoras não pode ser subestimado, não tornou isso um segredo, de que a principal implicação sobre o novo entendimento da justificação é o ecumenismo e que esse ecumenismo abraça Roma.

“A doutrina de Paulo da justificação pela fé promove as igrejas, em estado fragmentado, em uma tarefa ecumênica. Não pode parecer correto que a doutrina a qual declara que todos que declaram que acreditam em Jesus pertençam à mesma mesa (Gálatas 2) seja usada como uma forma de se dizer que alguns, os quais definem a doutrina da justificação de modo diferente, pertençam a uma outra mesa. A doutrina da justificação, em outras palavras, não é meramente uma doutrina que católicos e protestantes possam concordar com base em um grande esforço ecumênico. É em si mesma uma doutrina ecumênica, a doutrina que reprime todos os nossos diferentes e pífios agrupamentos culturais na igreja, e que declara que todos que acreditam em Jesus formam uma única família [...]. A doutrina da justificação é de fato uma grande doutrina ecumênica.” (What Saint Paul Really Said: Was Paul of Tarsus the Real Founder of Christianity? Eerdmans, 1997, p. 158).

A doutrina que Wright tem em mente, todavia, não é o ensino da imputação da justiça de Cristo ao pecador culpado por meio da fé somente conforme confessada pelas igrejas da reforma em seus credos.

Shepherd e Roma

A mesma tendência em direção à Roma aparece com os defensores da doutrina da justificação pela fé e pelas obras de fé em círculos reformados conservadores. Norman Shepherd lamenta que haja “questões não resolvidas” remanescentes “que são o verdadeiro legado da Reforma Protestante” (The Call of Grace [O Chamado da Graça], p. 4). Estas questões mal resolvidas possuem relação com a doutrina da

justificação e incluem fraquezas reformadas acerca da responsabilidade humana e da importância das obras.

De forma cristalina, Shepherd diz que a sua doutrina de um pacto condicional, com o seu elemento essencial da justificação pela fé e obras da fé, oferece “esperança para um entendimento comum entre o Catolicismo Romano e o Protestantismo Evangélico acerca do caminho da salvação (The Call of Grace [O Chamado da Graça], p. 59). Embora Roma seja chamada a desistir da sua noção de mérito, aquela falsa igreja não é chamada ao arrependimento de crer na doutrina de justificação pela fé e obras, que são negações do Evangelho da graça. Ela também não é disciplinada pela sua explanação herética de Romanos 3, 4 e Tiago 2.

Roma no Coração Deles

Ainda que esses defensores da justificação por fé e obras da fé ainda estejam em igrejas reformadas, Roma está no coração deles. Shepherd toma o lado de Roma contra a tradução de Lutero de Romanos 3:28 acerca da palavra “somente.”

Lutero inseriu a palavra “somente” em sua tradução de Romanos 3:28 para que ficasse como: “Pois concluímos que uma pessoa é justificada pela fé somente, sem as obras da lei.” Esta é a origem da fórmula dogmática, justificação pela fé somente. Contudo, a sua inserção, na verdade, distorce o significado de Paulo (“Justification by Faith Alone,” em *Reformation & Revival Journal*, Spring 2002, p. 87).

A clara e necessária implicação da rejeição de Shepherd do “somente” de Lutero é que não se é justificado somente pela fé. Ao contrário, conforme Roma ensina, uma pessoa é justificada pela fé e pelas obras de algum tipo, ainda que não sejam “obras da lei.”

Shepherd teme, sem dúvida alguma, que a proclamação da Reforma de uma justificação pela fé somente, sem qualquer referência às obras do pecador justificado arrisca, caso não implique, em antinomia (The Call of Grace [O Chamado da Graça], pp. 6-9, 61, 62). O Evangelho da salvação pela graça somente torna os homens despreocupados e profanos! A única forma de se guardar dessa despreocupação antinômica de vida, de acordo com Shepherd, é ensinando que a justificação depende das obras do próprio pecador, trazendo a própria obediência do pecador à Lei para dentro da doutrina da justificação, e enfatizando-se que o pacto é mesmo condicional, dependendo da fé do próprio pecador, obras da fé, e perseverança na fé e nas suas obras. Em outras palavras, o modo de se promover uma vida santa é comprometendo-se o Evangelho da graça.

Será que esses homens não se recordam que a acusação de despreocupação e profanidade no viver, ou seja, antinomia, foi sempre a calúnia de Roma contra o Evangelho da graça da Reforma? Roma levantou a calúnia especialmente contra a doutrina da justificação pela fé somente. (À luz da vida podre de Roma, clero e leigos,

ontem e hoje, a calúnia é tão bizarra como é perversa, mas ainda assim, esta foi a calúnia de Roma.) Tendo-se confessado a justificação pela fé somente (ao se aceitar e se confirmar o “somente” de Lutero em Romanos 3:28!) nas Perguntas e Respostas 59-63, o Catecismo de Heidelberg confronta a calúnia de Roma – e o medo de Norman Shepherd – se resume na Pergunta e Resposta 64: “Mas essa doutrina não faz com que os homens se tornem descuidados e ímpios? Não, pois é impossível que aqueles que estão implantados em Cristo, por verdadeira fé, deixem de produzir frutos de gratidão.”

O Catecismo não responde à acusação – e medo – da antinomia ao qualificar, limitar, tirar ou enfraquecer de qualquer forma, ou seja, negando, a verdade da justificação pela fé somente. Tendo-se em conta essa acusação – e o perigo real – da antinomia, o Catecismo não fala de “questões mal resolvidas” acerca da justificação e das boas obras como sendo “um legado da Reforma Protestante.” O Catecismo não salvaguarda as boas obras ao torná-las parte da base do ato de Deus em justificar e parte da justiça do pecador justificado.

A resposta do Catecismo à acusação de antinomia é radicalmente diversa daquela de Norman Shepherd e seus companheiros críticos à justificação pela fé somente em igrejas reformadas conservadoras de hoje. O Catecismo nega claramente a acusação e rejeita o medo. “De modo algum!” A doutrina da justificação pela fé somente não torna os homens descuidados ou profanos. E nunca o fará. Homens descuidados e profanos abusaram da doutrina para servir às suas vidas levianas. Mas a doutrina é sem mácula.

A verdade é que a justificação pela fé somente não torna ninguém descuidado ou profano. “É impossível” que seja assim. Homens e mulheres reformados, que não têm a teologia de Roma em seus corações, possuem esta confiança robusta sobre a doutrina da justificação somente pela fé. A justificação somente pela fé não produz antinomia porque a verdadeira fé justifica por si mesma, como instrumento único para o recebimento da justiça imputada por Cristo, é a união com Cristo. A união com Cristo precisa produzir uma vida santa de boas obras em todos os que são unidos a Cristo, tal qual um ramo de uma árvore precisa produzir frutos.

Estas boas obras são “frutos de gratidão”. À luz da mudança da acusação pelos inimigos da justificação pela fé somente, de que a doutrina torna os homens descuidados e profanos, a descrição do Catecismo das boas obras do crente é extraordinariamente significativa. A mudança, é claro, tenciona forçar as igrejas reformadas a tornarem as boas obras, em parte, pertinentes à justificação, e em parte, ligadas à justiça do pecador perante Deus.

O Catecismo não apoia nada disso, antinomia ou ausência de antinomia. As boas obras do crente não são condições necessárias para a justificação. Elas são “frutos” produzidos pela justificação e que a seguem. As boas obras do crente não são a base da justificação, nem mesmo são a justiça do crente perante Deus. Elas são as expressões de “gratidão” pelo dom da justificação. A única base da justificação é a

obediência de Cristo em Sua vida e morte. A única obediência à lei que constitui a justiça do pecador eleito é a obediência de Cristo em seu lugar.

A acusação contra a doutrina da justificação somente pela fé que se trataria de antinomia expõe os acusadores como inimigos do Evangelho da graça. Sempre que a confissão da salvação pela graça somente é acometida pela acusação de que esta doutrina nega a responsabilidade do homem, conduzindo-o à despreocupação com a vida.

Tendo ensinado que a nossa injustiça louva a justiça de Deus, o apóstolo percebe a caluniosa acusação contra ele, de que ele estaria ensinando que “façamos o mal para que nos sobrevenda o bem” (Romanos 3:5,8).

Tendo ensinado a justiça somente pela fé, à parte das obras de obediência à Lei, Paulo pergunta, “anulamos, pois, a Lei pela fé?”, evidentemente se referindo à acusação contra a sua doutrina (Romanos 3:31).

Ao fim da grande seção em Romanos na qual ele ensina a justificação pela fé somente e a sua base na obediência de Cristo, o apóstolo confronta a objeção comum ao seu ensino da graça: “Que diremos, pois? Permaneceremos no pecado, para que a graça seja mais abundante?” (Romanos 6:1)

É uma marca facilmente reconhecível do verdadeiro Evangelho da graça que este acarrete a acusação de antinomia. A acusação em si assegura à igreja que ela está pregando o Evangelho da graça. Se a acusação de antinomia não for feita contra o ensino da Igreja, a razão é que a Igreja não está pregando a graça.

Quantas Igrejas hoje, reformadas no nome e por confissão, foram alguma vez acusadas de antinomia doutrinária?

Quem poderia pensar em acusar a doutrina de justificação de Norman Shepherd e seus seguidores de antinomia? A doutrina deles é tão cheia de condições, leis e obras humanas que é inconcebível alguém pensar em dizer, “você tornam nula a Lei pela graça! É o resultado da doutrina de vocês que faz com que pecadores justificados continuem em pecado para que a graça abunde!”

Um Obstáculo para a Pregação Evangelística

Assim como os proponentes da justificação pela fé e obras da fé em círculos conservadores reformados compartilham hoje da antipatia de Roma para com a justificação pela fé somente como sendo uma doutrina licenciosa, assim também concordam com Roma e com o arminianismo que os “cinco pontos do calvinismo” tornam a pregação evangelística impossível. A teologia dos Cânones de Dort é um obstáculo, e não só para o evangelismo e missões, mas também para assegurar os membros da congregação da salvação deles.

Norman Shepherd diz que a eleição prejudica que se tragam as boas novas para todos. “Pelo fato do calvinista ter uma redenção completa que é particular, ainda que sempre eficaz aos eleitos, ele não pode aplicá-la para pessoas específicas.” Ao crer na expiação limitada, o pastor calvinista não é sequer capaz de “cultivar uma segurança neste ou naquele crente, pois ele não sabe ao certo se a pessoa é um dos eleitos.”

O resultado da teologia de Dort, de acordo com Shepherd, é o mal horrível de que “os Calvinistas tendem a ser mais bem sucedidos quando pregam o pecado, a condenação e a morte do que ao pregarem a graça do nosso Senhor Jesus Cristo” (The Call of Grace [O Chamado da Graça], pp. 79-82).

Porque esses homens permanecem em igrejas reformadas e presbiterianas, as quais possuem esta teologia como o entendimento oficial e confessional do Evangelho a partir dos Cânones de Dort e da Confissão de Westminster é um mistério. De minha parte, o dia em que for convencido de que as doutrinas da graça dos Cânones de Dort não podem ser pregadas, me restringir a pregar “pecado, condenação e morte” do que à “a graça do nosso Senhor Jesus Cristo”, e tornar impossível aplicar o Evangelho pessoalmente a qualquer pessoa a quem eu me dirigir, neste dia, eu renunciaria a fé reformada e deixaria as igrejas reformadas. Com trombetas em alto som, para avisar a todos que a fé reformada é um falso evangelho!

A solução de Shepherd ao problema da grande insuficiência dos “cinco pontos do calvinismo” para o evangelismo e a aplicação pessoal do Evangelho é a eleição universal e condicional; a expiação universal e condicional; e uma regeneração universal e condicional. Tudo em nome de um pacto condicional! (The Call of Grace [O Chamado da Graça], 79-105). Não se importe que os Cânones rejeitem expressamente todos esses ensinamentos por conta de sua grave doutrina falsa! A doutrina do pacto condicional passa por cima dos Cânones de Dort.

De volta à Escravidão

O ensino da justificação pela fé e pelas obras da fé por estes professores e ministros proeminentes e influentes nos meios reformados e presbiterianos possui consequências práticas. Ele leva almas presbiterianas e reformadas impressionáveis de volta à escravidão da Igreja Católica Romana. Que este não é um receio de pequena porte, mas sim uma realidade negra, tem sido testemunhado por um impressionável ex-presbiteriano, Scott Hahn.

Hahn decaiu para a Igreja Católica Romana, da qual agora é um apologeta frente a outros presbiterianos. No seu livro conjunto com a sua esposa em que relata a apostasia do casal, Hahn diz ao mundo como Norman Shepherd o encorajou em sua conversão para Roma. Pelos seus próprios estudos, Hahn descobriu que a doutrina protestante e presbiteriana da justificação pela fé somente estava errada. “Sola Fide [pela fé somente – DJE] não estava nas Escrituras!” Hahn continua:

“Eu estava tão animado com esta descoberta. Eu a compartilhei com alguns amigos, os quais ficaram maravilhados com a coerência que isso [a crença de Hahn na justificação pela fé e obras – DJE] tinha. Então, um amigo me parou e me perguntou se eu conhecia outra pessoa que ensinasse desta forma a justificação. Quando eu respondi que não, ele me disse que o Dr. Norman Shepherd, um professor do *Westminster Theological Seminary* [...] estava prestes a se submeter a um julgamento por heresia por ensinar a mesma visão acerca da justificação que eu estava expondo. Então, eu liguei para o professor Shepherd e falei com ele. Ele disse que estava sendo acusado de ensinar algo contrário às Escrituras, Lutero e Calvino. Conforme eu o ouvia descrever o que ele estava ensinando, eu pensei, 'Ei, isso é o que eu estou dizendo.' Isso pode não parecer muito com uma crise para muitos, mas para alguém que estava muito inserido no protestantismo e convencido que o cristianismo estava alicerçado no sola fide, significou o mundo.” (Scott and Kimberly Hahn, *Rome Sweet Home: Our Journey to Catholicism*, Ignatius, 1993, p. 31).

Sim, e significou as almas de Scott e Kimberly Hahn.

A rejeição da justificação pela fé somente, o criticismo de todas as doutrinas da graça e um redirecionamento para Igreja Católica Romana – este é um movimento bem firme no momento, em muitas igrejas reformadas e presbiterianas na América do Norte.

E sua base é a doutrina do pacto condicional.

O Desenvolvimento Contemporâneo de um Pacto Condicional

Capítulo 6

O que é realmente significativo sobre o movimento que estamos tratando aqui não é que haja uma negação generalizada da justificação pela fé somente em igrejas reformadas e presbiterianas tidas como conservadoras. Tampouco é o fato de que aqueles que negam a justificação pela fé somente se alinhem com a Igreja Católica Romana. Tal apostasia de fé, grotesca como o é, já ocorreu antes.

A significação do movimento que atualmente corroi o Evangelho da graça nas igrejas reformadas e presbiterianas de modo aberto e deliberado é que se mostra como um desenvolvimento consistente da doutrina do pacto condicional. O movimento ataca o sistema da graça contido nos Cânones de Dort e nos Símbolos de Westminster – calvinismo – com base em um pacto condicional.

Uma Nova Ênfase no Pacto

O movimento enfatiza o pacto bíblico. Os homens que lideram o movimento acusam Roma e o evangelicalismo de ignorarem o pacto em suas teologias. Mas eles alegam que as igrejas presbiterianas e reformadas também falharam em fazer justiça ao pacto em suas doutrinas da salvação e em seu trabalho evangelístico. Esta ênfase no pacto torna o movimento atraente para os membros das igrejas reformadas e presbiterianas, os quais estão geralmente conscientes da importância do pacto no pensamento reformado.

O subtítulo da defesa de Norman Shepherd da justificação pela fé e obras, e de assalto a todas as doutrinas da graça, “O Chamado da Graça”, é: Como o pacto ilumina a salvação e o evangelismo. O conteúdo do livro é um re-exame de todo o caminho da salvação, da mensagem e do método de evangelismo à luz da doutrina bíblica do pacto. Shepherd exorta a comunidade reformada, “precisamos aprender a pensar actualmente” (p. 63).

Claramente, existe uma relação entre o movimento que no momento devasta o Evangelho da graça em círculos reformados e a “nova perspectiva sobre Paulo” associada à E. P. Sanders, James D. G. Dunn e N. T. Wright. Para Wright, de qualquer modo, o qual é o mais influente destes homens sobre teólogos evangélicos e reformados, o pacto é a verdade básica. Wright justifica a sua rejeição do entendimento reformado da justificação em Paulo e o seu novo entendimento sobre a justificação ao apelar para a doutrina do pacto: “ainda que seja fora de moda usar categorias pactuais ao se interpretar Paulo, eu acredito [...] que elas são, na verdade, centrais” (The Climax of the Covenant, p. 203).

O Desenvolvimento de um Pacto Condicional

Mas a doutrina do pacto, nos dias de hoje, que alicerça o ensino da justificação pela fé e obras em igrejas reformadas tidas como conservadoras é a do pacto condicional. De acordo com Norman Shepherd, o pacto bíblico, que é fundamental a todo o caminho da salvação e à mensagem e ao método de evangelismo, é condicional. Ele era condicional na forma que tinha como o pacto com Abraão.

“Devemos nos perguntar se o pacto de Deus com Abraão realmente foi, de fato, incondicional. Será que as promessas seriam cumpridas ainda que não houvesse resposta alguma da parte de Abraão e seus filhos? O relato bíblico nos mostra que as condições foram, de fato, ligadas ao cumprimento das promessas feitas para Abraão.”

Estas condições incluíram o ato de circuncisão de Abraão em si mesmo e em seus filhos, a crença de Abraão, e a obediência em vida de Abraão. É Shepherd que ensina que “as promessas feitas para Abraão foram cumpridas somente pelo cumprimento das condições em que o pacto foi feito” (The Call of Grace, pp. 13-20).

Assim como o novo pacto, cumprido em Jesus Cristo, o pacto é condicional. Ainda que no novo pacto Deus graciosamente prometa muitas bênçãos, “ao mesmo tempo, a fé, o arrependimento, a obediência e a perseverança são indispensáveis para o gozo dessas bênçãos. Elas são condições [...]” (The Call of Grace, p. 50).

Em vista da fundamental importância de um pacto condicional para a nova doutrina calvinista da justificação pela fé e obras, teólogos presbiterianos e reformados estão trabalhando arduamente para provar que João Calvino e outros pais reformados ensinaram um pacto condicional. A nobre academia reformada agora é forçada a entrar no terrível serviço da autosalvação. Este entendimento escravizado descobre que João Calvino, como um teólogo condicional, divergiu de Martinho Lutero na doutrina reformada essencial da justificação pela fé somente. Maravilhoso de se relatar, Calvino era aberto a, caso não tenha pregado, a justificação pela fé e obras da fé (veja Peter A. Lillback, *The Binding of God: Calvin's Role in the Development of Covenant Theology*, Baker, 2001).

Desenvolvimento Lógico de um Pacto Condicional

O movimento de hoje, proeminente e poderoso em igrejas reformadas tidas como conservadoras, rejeitando a justificação pela fé somente e com isso todas as doutrinas da graça, é um movimento de “consciência pactual”. Ele propaga a si mesmo como um desenvolvimento da doutrina de um pacto condicional. E, de fato, é um genuíno, lógico e necessário desenvolvimento da doutrina de um pacto condicional. Pela primeira vez na história do cristianismo reformado os defensores de um pacto condicional estão, por eles mesmos, reconhecendo e até proclamando um pacto universal, condicional (quebrável) e que implica numa justificação universal e condicional (passível de perda); uma eleição universal e condicional (passível de perda); uma expiação universal e condicional (passível de perda); uma regeneração universal e condicional (passível de perda) e uma preservação universal e condicional (passível de perda). Em uma só palavra, a doutrina de um pacto universal e condicional implica em uma graça universal e condicional (resistível).

Ele o faz por pelo menos três formas.

Primeiramente, a doutrina do pacto condicional mantém que a fé é uma condição. Por “condição”, não se está falando o que antigos teólogos reformados disseram ao mencionarem “condição”: um meio necessário pelo qual Deus derrama a sua Salvação sobre o pecador eleito, sem a qual Deus não salvaria o pecador eleito, e que Deus por Ele Mesmo trabalha no coração do pecador eleito. Trata-se aqui do significado dentro do pacto condicional pelo qual por um ato do próprio pecador sobre o

qual a promessa pactual reside, tanto para a continuidade do pacto, como para a perfeição final do mesmo, e até mesmo para o estabelecimento do pacto, com todas as bênçãos dele decorrentes, e também para uma dependência à qual o próprio Deus se submete.

No que deve ser a maior declaração de fé já feita como uma condição por um teólogo reformado, Norman Shepherd escreve:

“Dessa forma, as promessas feitas à Abraão teriam de ter sido cridas para que se cumprissem. De fato, Gênesis 15:6 afirma que a fé de Abraão era tão significativa que lhe foi creditada como justiça! Assim, a justificação era uma condição a se cumprir, e a fé cumpriu tal condição” (The Call of Grace, p. 15).

De acordo com Shepherd, a fé é um ato do pecador. Dela depende a promessa de Deus. Como tal, o ato de crer é em si mesmo a justificação do pecador. Não é a obediência de Jesus Cristo que é imputada a Abraão para a justificação de Abraão. Mas sim o próprio ato de crer de Abraão é a sua justificação.

O pacto condicional observa a fé como uma condição no mesmo sentido que os Cânones de Dort possuem em mente quando rejeitaram o erro de tomar a fé como uma condição, e não só da eleição, mas também da salvação (I, Rejeição de Erros/3, 5; I/10). O pacto condicional se recusa a ver a fé, conforme a Confissão Belga diz, como sendo “somente o instrumento com que abraçamos Cristo, nossa justiça. Mas Jesus Cristo, atribuindo-nos todos os Seus méritos e tantas obras santas, que fez por nós e em nosso lugar, é nossa justiça. E a fé é o instrumento que nos mantém com Ele na comunhão de todos os Seus benefícios” (Art. 22).

Os defensores de um pacto condicional estão sempre falando da nossa entrada e permanência no pacto, nossa justificação, e nossa salvação, “por causa da fé” ou “com base na fé”. Em sua explanação de Romanos 3:24-26, N. T. Wright escreve:

“A presente justificação declara, com base na fé, o que a futura justificação afirmará publicamente [...] com base na vida inteira” (What Saint Paul Really Said, p. 129; ênfase acrescentada).

As Escrituras, contudo, só falam da nossa justificação “pela,” isto é, “por meio da” fé, ou “vinda da fé”, como um instrumento, uma fonte.(Romanos 3:28; 5:1).

Se a fé é uma condição do pacto e de suas bênçãos, incluindo a justificação, então a fé é uma obra humana. É uma obra humana sobre a qual Deus depende para operar com a graça, independentemente se esta obra é meritória ou não. A fé é uma obra humana que contribui para a salvação. A justificação, que como o pacto depende da fé do pecador como uma condição, ocorre por obra humana – a obra humana de crer. Mas se a fé é em si uma obra humana, da qual a justificação para com Deus depende, então todas as boas obras que decorrem da fé também devem ser vistas como condições de justiça e salvação, verdadeiramente partes da justificação do pecador perante Deus. Dessa forma, a heresia contemporânea da justificação pela fé e

obras da fé é, na verdade, o natural desenvolvimento da doutrina tão estimada a um pacto condicional, ou seja, que a fé seja uma condição.

Ao manterem a sua visão de que a fé é uma condição, os defensores de um pacto condicional se tornam contrários ao reconhecimento da fé como um presente gracioso de Deus – fruto e efeito da eleição (Cânones, I/9); comprada pela morte de Cristo (Cânones, II/7); e, que é na verdade, "conferida ao homem e nele infundida", e também que é "um dom no sentido de que Deus efetua no homem tanto a vontade de crer quanto o ato de crer" (Cânones, III, IV/14). Norman Shepherd repetidamente insiste que o pacto demanda a fé. Ele se recusa a acreditar que o pacto confere a fé, como também resulta em obediência (Jr 31:31-34). Fé é, portanto, um dom de Deus. Isto não significa que Deus a oferece à livre vontade do homem, mas que ela é, de fato, conferida ao homem e nele infundida. Não é um dom no sentido de que Deus apenas concede poder para crer e depois espera da livre vontade do homem o consentimento para crer ou o ato de crer. Ao contrário, é um dom no sentido de que Deus efetua no homem tanto a vontade de crer quanto o ato de crer. Ele opera tanto o querer como o realizar, sim, opera tudo em todos. (Ef 2:8; Fp 2:13).

O Desenvolvimento Contemporâneo de um Pacto Condicional (Conclusão)

Capítulo 7

O movimento em igrejas reformadas conservadoras negando não só a justificação pela fé somente, mas também as doutrinas da graça, é, como ele afirma, um desenvolvimento da doutrina de um pacto condicional.

Um modo pelo qual a doutrina de um pacto condicional implica em justificação por obras é o seu ensino de que a fé é uma condição sobre a qual o pacto, as bênçãos do pacto e o pacto do próprio Deus, dependem. A fé por si é uma obra humana contribuindo para a salvação pactual. Em resumo, é um passo curto, lógico e inevitável no ensino de que as obras da fé são condições e, portanto, parte da justificação do pecador perante Deus. Esse foi o assunto do capítulo anterior.

Liberando o Pacto da Eleição

Um segundo modo pelo qual a doutrina de um pacto condicional necessariamente implica em uma negação do Evangelho da graça soberana é a recusa tenaz do pacto condicional em se ter o pacto determinado e controlado pela eleição. Os

defensores de um pacto condicional afirmam essa recusa de uma forma obscura: "O pacto não deve ser identificado com a eleição." De fato, nenhum teólogo ou igreja já foi tão doutrinariamente profundo a ponto de identificar o pacto com a eleição. O que eles querem dizer, é claro, é que a eleição, acompanhada pela reprovação, não determina quem eles sejam com aqueles com quem o pacto é pessoal e eternamente estabelecido. Tampouco a eleição determina os recipientes das bênçãos do pacto, e nem mesmo a eleição determina quem são os alvos pelo e no pacto.

O modo preciso – e honesto – de expressarem a sua posição seria, "o pacto com as suas bênçãos, e a salvação estando fora do controle soberano da predestinação." Ou, "as bênçãos e a salvação do pacto são mais amplas, bem mais amplas, do que a eleição." Ou, "a graça de Deus no pacto é universal, enquanto que a graça da eleição é particular."

A pergunta que os *liberadores* do pacto em relação à eleição nunca respondem é, "que vontade, então, controla e determina o pacto?"

Um pacto liberto da eleição necessariamente estende a graça pactual de Deus em Cristo para muitos mais do que somente aqueles que serão finalmente salvos por esta graça, coloca a morte de Cristo sobre bem mais membros do pacto do que aqueles que perecerão ao fim, e permite uma queda de muitos que uma vez estiveram unidos a Cristo por uma graça pactual. Essas implicações de um pacto condicional são audaciosamente proclamadas hoje em dia como uma nova ortodoxia para muitas igrejas reformadas.

Que o pacto seja determinado pela eleição é o ensino do apóstolo em Gálatas 3:16,29.

"As promessas foram feitas para Abraão e sua semente. Ele não diz, 'e para as sementes', como se muitas; mas apenas uma. É à tua semente, que é Cristo. E, se sois de Cristo, então, sois descendência de Abraão e herdeiros conforme a promessa."

Deus estabeleceu pessoalmente o Seu pacto pela promessa em Cristo quem seriam os eleitos e quem nEle seriam de Cristo, ou seja, todos aqueles por quem o Pai concedeu a Cristo no decreto da eleição (João 17:6 e seguintes).

Nesta base bíblica, e de encontro a todos os presbiterianos que se juntam ao grito de que "o pacto não deve ser identificado com a eleição", o Catecismo Maior de Westminster declara que "o pacto da graça foi feito com Cristo, como o segundo Adão, e nEle, com todos os eleitos, como sua semente" (P. & R. 31). Isto é claro. Isto é decisivo. E isto é imperativo sobre todos os oficiais presbiterianos.

Cristo é o Cabeça do pacto da graça, conforme a comparação entre Adão e Cristo em Romanos 5:12 e versículos seguintes propõe: "Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram [...]. Pois assim como por uma

só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação de vida." (Romanos 5:12, 18). Sendo Cristo o Cabeça do pacto, logo o estabelecimento do pacto, suas bênçãos e a salvação pactual são determinadas pela eleição.

É precisamente o ponto do apóstolo em Romanos 9:6 e seguintes que a salvação pactual no Antigo Testamento tinha a sua fonte e era determinada pela eleição de Deus. A misericórdia pactual de Deus era particular: "terei misericórdia de quem Eu tiver misericórdia" (v. 15). Ele livremente abençoava somente os filhos da promessa, os quais sozinhos eram tidos por Deus como a semente de Abraão: "os filhos da promessa são contados como descendência" (v. 8). E os filhos da promessa, ou seja, somente os descendentes de Abraão, aos quais a promessa foi concedida e que foram gerados espiritualmente pelo poder da promessa, foram assim escolhidos pela eleição (v. 10-18).

Sempre que na história da Igreja o Evangelho da graça foi corrompido, a causa tem sido o medo ou o ódio a eleição soberana, particular e graciosa de Deus.

Uma Promessa Universal e Ineficaz

O terceiro modo em que a doutrina de um pacto condicional se mostra apontando para uma graça universal e condicional, e por isso responsável pela destruição do Evangelho da graça em voga nos círculos reformados conservadores de hoje é o seu ensino de uma promessa universal e condicional. De acordo com o pacto condicional, Deus direciona a sua graciosa promessa pactual a todos os batizados, senão a todos que ouçam a pregação do Evangelho. O sentido não é meramente que todos ouçam a promessa. Mas que Deus, de sua parte, promete a todo batizado que Ele será o Seu Deus, que Ele incorporará o batizado em Cristo e no pacto, e que Ele o salvará.

Um ministro da *United Reformed* chamado John Barach falou em prol do movimento e, em realidade, para aqueles que apoiam o pacto condicional, quando ele disse que o batismo é a promessa de Deus para todo batizado de que ele é um eleito (Christian Renewal, Feb. 12, 2001, p. 17; Junho 2001, p. 5).

Esta promessa pactual é graça. Dada a todos, é graça para todos.

Mas a promessa da graça depende da condição da fé para o seu cumprimento. Dependente da fé e das obras da fé, a promessa de graça do pacto fracassa em diversas instâncias.

A fonte da total reconstrução de Norman Shepherd, e também da completa destruição do credo calvinista, ou seja, do protestantismo histórico, é a sua doutrina pactual. O coração de sua doutrina pactual é o ensino de que o pacto possui duas partes, uma promessa em graça e a fé como uma condição. A promessa em graça, feita para muitos mais do que aqueles que serão salvos ao final, vem da parte de Deus.

A condição de se crer é parte do homem. A parte do homem não é relacionada à graça. E com o homem fazendo a sua parte, mostra-se uma dependência da parte de Deus.

Ninguém pode examinar esta doutrina à luz dos Cânones de Dort e chegar a outra conclusão a não ser de que a doutrina seja o arminianismo aplicado ao pacto.

Este aspecto do pacto condicional, ou seja, uma promessa genérica dependente da condição da fé, é negada pelo apóstolo em Romanos 9:6 e seguintes. O perecimento de muitos israelitas no Antigo Testamento e o perecimento de muitos membros batizados na Igreja visível de hoje não indica que a “Palavra de Deus não fez efeito algum.” A Palavra de Deus é a promessa do pacto. Essa promessa não foi dada para qualquer israelita. Ela não é dada hoje para qualquer pessoa que ouça o Evangelho ou que seja batizada. A promessa do pacto diz respeito, e se direciona para “Israel”, ou seja, o verdadeiro povo do pacto de Deus de acordo com a eleição. Ainda que ouvida por eles e também rejeitada, a promessa do pacto não diz respeito e nem se direciona para somente aqueles “de Israel”, isto é, os réprobos que vivem na esfera do pacto.

A promessa do pacto não falha, ainda que muitos filhos físicos de Abraão tenham se perdido em descrença.

A graciosa promessa do pacto é particular e incondicional. Como tal, e somente como tal, ela é efetiva. Ela estabelece o pacto. Ela mantém o pacto. Ela gera os seus próprios filhos: “os filhos da promessa”. Ela opera a fé em seus filhos pelo (e não por conta de) que confere, e os filhos conseguem abraçar a Cristo e todo o resto das bênçãos do pacto. E ele salva todos os membros do pacto.

A promessa graciosa e toda-poderosa, isto é, a Palavra de Deus, faz todas essas coisas pelo poder do Espírito Santo.

A promessa do pacto não depende de nada do povo actual.

Mas o povo do pacto depende da promessa do pacto.

Uma promessa condicional e genérica, por outro lado, é ineficaz. Ela é fraca. Ela é tão fraca como o pecador sobre o qual depende. Ela não pode estabelecer o pacto com um homem, ou, se puder, não pode manter o pacto. Não pode conferir as bênçãos do pacto a um homem, ou, se puder, não pode assegurar a sua permanência. Não pode salvar os membros do pacto, ou se começar a salvar, não pode preservá-los na salvação. Uma promessa graciosa de um pacto que é genérico e condicional é bem “impotente”. Os defensores contemporâneos de um pacto condicional estão deixando isso bem claro.

O que esta doutrina de uma graça universal, condicional e passível de perda no (quebrável) pacto faz à segurança da salvação é assustador. Ela destrói qualquer segurança. Você é alvo da promessa de graça de Deus hoje? Não importa; amanhã você poderá ser objeto da sua maldição. Você está vivendo em comunhão com Cristo

como um membro batizado da Igreja hoje? Não significa nada; amanhã você poderá ser lançado fora. Você é um eleito hoje? Não importa; amanhã você poderá ser um réprobo.

Uma promessa universal e condicional significa a perda de todo o conforto.

Defesa da Fé

Capítulo 8

O movimento contemporâneo em igrejas reformadas e presbiterianas tidas como conservadoras negando a justificação pela fé somente e que ataca todas as doutrinas da graça é uma decorrência lógica da teoria de um pacto condicional. Destarte, não pode ser oposto de modo eficaz a não ser pelo repúdio a um pacto condicional.

Existem teólogos que estão condenando o movimento, todavia, eles são poucos. O silêncio de muitos teólogos e igrejas reformadas – silêncio diante de uma das mias graves ameaças ao Evangelho da graça desde Dort! - chega ao nível de surdez. Mas os teólogos que se posicionam de modo público se limitam ao erro da negação da justificação pela fé somente. Eles não chegam à raiz do mal. Eles não podem. Com raras exceções, eles estão comprometidos com um pacto condicional.

Uma das duas coisas vai acontecer.

Os teólogos e as igrejas podem re-examinar as suas confissões acerca de um pacto condicional. Queira Deus que isto ocorra! Então, os teólogos e as igrejas reformadas irão, por fim, confrontar estas questões: o pacto é condicional, ou seja, ele depende do que o pecador faz? A promessa do pacto é direcionada para todos indistintamente, dependendo do pecador para sua realização? O pacto é independente da eleição? O pacto é passível de quebra no sentido de Deus estabelecê-lo com o homem pela promessa da graça a fim de que ele tenha a vida e os benefícios do pacto em seu coração, porém, por conta da descrença e da desobediência ele possa perder o pacto no final?

Se as igrejas reformadas encararem essas questões, elas também serão levadas a considerar se o pacto não seria um modo relação viva e incandescente de amor, em vez de um contrato frio; se o pacto nas Escrituras não é em si o maior bem – a bênção da salvação – em vez de um mero meio para um outro fim; e se Cristo não é o Cabeça do pacto de graça.

Ou se o resultado do presente crescimento de um pacto condicional será o de que as igrejas reformadas e presbiterianas sucumbirão ao movimento herético, seja tolerando ou adotando a heresia.

Existem razões para se temer que este seja o resultado final. Em primeiro lugar, as igrejas reformadas e presbiterianas tidas como conservadoras se recusam a disciplinar os oficiais que publicamente promovem esta heresia, seja pela escrita, por aulas, por conferências ou pela pregação. Uma ocasião extraordinária dessa recusa em se disciplinar foi a ação da *Orthodox Presbyterian Church* em sua assembleia de 2003 de revogar a disciplina sobre um presbítero que havia ensinado justificação pela fé e obras em cultos públicos de uma congregação (veja *New Horizons na Orthodox Presbyterian Church*, Agosto-Setembro 2003, pp. 20, 21).

Uma outra razão para o temor de que igrejas reformadas e presbiterianas sucumbam à heresia de uma doutrina de justificação pela fé e obras em um pacto condicional reside no fato de que alguns de seus seminários são locais onde o movimento de abandono do Evangelho da graça se inicia. Um deles tem sido uma das fontes deste erro grave pelos últimos trinta e poucos anos. Durante todo este tempo, ele tem jorrado pastores que ensinam a falsa doutrina da justificação pela fé e obras nas igrejas em que ministram (veja Mark W. Karlberg, "The Changing of the Guard: Westminster Theological Seminary in Philadelphia," The Trinity Foundation, 2001.)

É o chamado peculiar e o privilégio das *Protestant Reformed Churches* nesta hora crucial na história das igrejas reformadas de se defender o Evangelho soberano ao se proclamar e fazer a apologética da verdade do pacto incondicional. Em um momento único na história destas Igrejas, Deus as tem levado a um entendimento claro e adoção calorosa do pacto incondicional. Talvez alguns agora ouvirão o testemunho das *Protestant Reformed Churches* sobre o pacto incondicional. Quem sabe, como Mordecai falou sobre Ester, se elas "chegaram ao reino para um tempo como este?"

Neste testemunho à verdade do pacto incondicional, o *Protestant Reformed Theological Seminary* tem tido um papel importante. Ele prepara ministros do Evangelho para resistirem ao ataque contemporâneo à graça soberana. Ele instrui ministros na verdade do pacto incondicional. Ele teina homens para ensinarem o pacto incondicional e para advertirem contra a doutrina de um pacto condicional. Ele envia pastores que ensinam crentes e seus filhos que Deus é Deus e que a Salvação é do Senhor no pacto, como numa campanha de guerra.

Se as igrejas reformadas e presbiterianas conservadoras ainda assim não ouvirem este testemunho e sucumbirem ao crescimento herético de um pacto condicional, aprovando a justificação pela fé e obras, elas serão destruídas como igrejas reformadas e trarão sobre si a marca da falsa Igreja, de acordo com o Artigo 29 da Confissão Belga.

Quando Igrejas sucumbem, elas se tornam responsáveis pela condenação de seus próprios membros e de futuras gerações desses membros – todos aqueles que

acreditam na justificação por suas próprias obras, conforme suas Igrejas lhes ensinaram.

Mas ainda assim, a promessa pactual de Deus não terá falhado – sequer por um momento. Nem mesmo alguém perderá a sua união com Cristo que ele goza pelo privilégio do estabelecimento do pacto de graça.

A promessa do pacto nunca é ineficaz (Romanos 9:6).

A verdade é que mesmo em igrejas reformadas conservadoras, nem todos que estão na esfera do pacto são amigos pactuals de Deus (Romanos 9:6). Eles sempre buscam a sua justificação nas obras da lei (Romanos 9:32).

Somente alguns são, ou alguma vez foram, “filhos do pacto”. Eles procuram e alcançam “a justiça que é pela fé” (Romanos 9:30). E isto é devido tão somente pela eleição divina (Romanos 9:6-33).

A palavra para esta grande verdade é graça.

Bibliografia Recomendada acerca do Pacto Incondicional

Apêndice

- David J. Engelsma, "[*The Covenant of God and the Children of Believers*](#)." (“O Pacto de Deus e os Filhos dos Crentes”) South Holland, IL: Evangelism Committee, 5ª impressão, 2000.
- Herman Hoeksema and Herman Hanko, [*Ready to Give an Answer: A Catechism of Reformed Distinctives*](#). (“Preparados para Dar uma Resposta: Um Catecismo de Distintivos Reformados”) Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1997.
- Herman Hanko, [*God's Everlasting Covenant of Grace*](#). (“O Eterno Pacto da Graça Deus”) Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1988.
- Herman Hoeksema, [*Believers and Their Seed: Children in the Covenant*](#). (“Os Crentes e a Sua Semente: As Crianças no Pacto”) Prefácio por David J. Engelsma. Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, rev. ed., 1997.
- Herman Hoeksema, [*Reformed Dogmatics*](#). (“Dogmática Reformada”) Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1966, pp. 285-336.